Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	24
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	25

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	2.370.202	
Preferenciais	0	
Total	2.370.202	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	897	1.442
1.01	Ativo Circulante	897	1.442
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	897	1.442
1.01.01.01	Bancos	897	1.442

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	897	1.442
2.01	Passivo Circulante	1.130	953
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.130	953
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.130	953
2.01.03.01.02	2 Impostos Retidos a Recolher	1.130	953
2.02	Passivo Não Circulante	152.400	89.800
2.02.02	Outras Obrigações	152.400	89.800
2.02.02.02	Outros	152.400	89.800
2.02.02.02.02	2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	152.400	89.800
2.03	Patrimônio Líquido	-152.633	-89.311
2.03.01	Capital Social Realizado	2.370.202	2.370.202
2.03.01.01	Capital Integralizado	2.370.202	2.370.202
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.522.835	-2.459.513

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-63.322	-45.807
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.322	-45.807
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-63.322	-45.807
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-63.322	-45.807
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-63.322	-45.807
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-63.322	-45.807
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0267	-0,025

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-63.322	-45.807
4.03	Resultado Abrangente do Período	-63.322	-45.807

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-63.145	-45.789
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-63.322	-45.807
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-63.322	-45.807
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	177	18
6.01.02.01	Redução(Aumento) em Impostos a Compensar	177	0
6.01.02.04	Aumento(Redução) em impostos a Pagar	0	18
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	62.600	45.100
6.03.01	Integralização de Capital	0	371.900
6.03.02	Adiantamentos para Aumento de Capital	62.600	-326.800
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-545	-689
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.442	1.207
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	897	518

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.370.202	0	0	-2.459.513	0	-89.311
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.370.202	0	0	-2.459.513	0	-89.311
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-63.322	0	-63.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-63.322	0	-63.322
5.07	Saldos Finais	2.370.202	0	0	-2.522.835	0	-152.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.830.202	0	0	-2.260.783	0	-430.581
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.830.202	0	0	-2.260.783	0	-430.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	371.900	0	0	0	0	371.900
5.04.01	Aumentos de Capital	371.900	0	0	0	0	371.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.807	0	-45.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.807	0	-45.807
5.07	Saldos Finais	2.202.102	0	0	-2.306.590	0	-104.488

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.814	-41.366
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.814	-41.366
7.03	Valor Adicionado Bruto	-57.814	-41.366
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-57.814	-41.366
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-57.814	-41.366
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-57.814	-41.366
7.08.01	Pessoal	3.636	3.300
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.636	3.300
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	728	743
7.08.02.01	Federais	728	743
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.144	398
7.08.03.01	Juros	0	18
7.08.03.03	Outras	1.144	380
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-63.322	-45.807
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-63.322	-45.807

Comentário do Desempenho

A Vision Securitizadora S.A. foi constituída em 6 de junho de 2007 com o propósito de adquirir e securitizar créditos imobiliários passíveis de securitização, emitir e colocar, junto ao mercado financeiro e de capitais, Certificados de Recebíveis Imobiliários além de outras atividades.

Como resultado dos esforços de prospecção iniciados desde seu início, a Securitizadora iniciou sua fase operacional com a emissão de duas séries de Certificado de Recebíveis Imobiliários em 4 de abril de 2008, sendo uma sênior e outra subordinada, com lastro em cédulas de créditos imobiliários emitidas a partir de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais. A referida emissão obteve dispensa de registro de oferta pública na CVM e o volume da 1ª série (sênior) foi de R\$ 248.270.269 e o volume da 2ª série (subordinada) foi de R\$ 13.066.856.

Não houve novas emissões nos exercícios encerrados e nem no período findo em 30 de junho de 2021, devido às condições adversas do mercado de capitais. A empresa, porém, está preparada para aproveitar as oportunidades que, por ventura, aparecerem, e já existem projetos de novas emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários, com lastro em cédulas de créditos imobiliários emitidas a partir de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais, e outros projetos de Certificado de Recebíveis Imobiliários com lastro nos contratos de compra e venda ou de arrendamento mercantil de fazendas.

Durante todos os exercícios e no período findo em 31 de março de 2022, os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditora externa para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

A Administração

PÁGINA: 10 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vision Securitizadora S.A. ("Securitizadora" ou "Companhia") foi constituída em 06 de junho de 2007 e iniciou suas operações em 04 de abril de 2008. Tem como objeto social: a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários passíveis de securitização; b) a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Certificados de Recebíveis Imobiliários, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com as suas atividades; c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários; e d) a realização de operações de hedge em mercados derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários.

Estão ainda incluídas no objeto social da Securitizadora as seguintes atividades: a) a aquisição de créditos imobiliários; b) gestão e administração de créditos imobiliários, próprios ou de terceiros; c) a aquisição e a alienação de títulos de crédito imobiliários; d) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão no mercado financeiro e de capitais; e) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; f) a realização de operações nos mercados de derivativos visando a cobertura de riscos; e g) a prestação de garantias para os valores mobiliários por ela emitidos.

Em 29 de agosto de 2007, a Securitizadora obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro como Companhia Aberta para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado.

A Securitizadora conta com um projeto que foi objeto de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, o qual foi dispensado de registro na CVM por se tratar de lote único e indivisível, nos termos do artigo 5º, inciso II da Instrução CVM nº 482/10. O projeto refere-se à securitização de créditos provenientes de contratos de créditos imobiliários contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Administração considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios da Companhia.

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de Administração em 12 de maio de 2022.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, incluem somente os saldos relativos à Vision Securitizadora S.A..

Base de mensuração - as demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação - estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora.

Uso de estimativas e julgamentos - as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados.

PÁGINA: 12 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Declaração de conformidade--Continuação

A Administração da Securitizadora entende que, em referência as políticas contábeis adotadas, há requerimento de julgamento crítico sobre os valores reconhecidos das Cédulas de Créditos Imobiliários (CCIs) consequentemente, também sobre os Recebíveis Certificados de Imobiliários (CRIs).Os CCIs que servem de lastro para a emissão dos CRIs, são originadas por créditos de contratos de financiamento habitacional que possuem cobertura do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), os quais serão convertidos em títulos CVS quando da finalização do processo. Esse requerimento decorre da natureza e complexidade envolvidos no processo de novação dos CVS e ao fato desses créditos estarem aguardando o resultado final de um processo administrativo instaurado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

As demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da Securitizadora, a qual apresentou prejuízo nos exercícios findos em todos os períodos. A controladora da Securitizadora efetuou integralizações de capital durante todos os exercícios para liquidação de suas obrigações. Assim, a continuidade operacional da Securitizadora depende da manutenção do compromisso de sua controladora em efetuar novos aportes de capital, quando se fizer necessário.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

PÁGINA: 13 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Instrumentos ao custo amortizado

Se a Securitizadora tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como ao custo amortizado. Instrumentos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos ao valor justo por meio do resultado abrangente

Os investimentos da Securitizadora em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como ao valor justo por meio do resultado abrangente. Posteriormente, ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

PÁGINA: 14 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Securitizadora gerência esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Securitizadora. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo

São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável, se aplicável.

3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para Contribuição Social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

3.4. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

PÁGINA: 15 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver alguma evidência de "impairment" para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Demonstração do Valor Adicionado

A Securitizadora elaborou as Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Informações financeiras intermediárias, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicáveis às companhias registradas na CVM.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

		Aplicável a periodos anuais
Pronunciamento	Descrição	com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de	
Ciclo de IFRSs 2018-	Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 -	01/01/2022
2020	Arrendamentos.	

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades da Securitizadora representadas por depósitos bancários.

	31/03/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	897	1.442
	897	1.442

PÁGINA: 16 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Impostos retidos a recolher

	31/03/2022	31/12/2021
IRRF - terceiros	148	134
INSS - salários	376	341
Pis/Cofins/Csll	459	414
ISS	147	64
	1.130	953

6. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito é de R\$ 2.370.202 (R\$ 2.370.202 em 31 de dezembro 2021), dividido em 2.370.202 ações ordinárias, sem valor nominal, estando totalmente integralizadas em 31 de março de 2022.

Para manutenção da operação da Securitizadora a sócia Vision Brazil Participações Ltda. enviou adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 62.600, totalizando R\$ 152.400 (R\$ 89.800 em 31 de dezembro de 2021), que estavam registrados em Reserva de Capital.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

7. Transações com partes relacionadas

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Securitizadora não remunerou administradores e empregados.

A Securitizadora é controlada pela Vision Brazil Participações Ltda. E possui um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 152.400 (R\$ 89.800 em 31 de dezembro de 2021), conforme apresentado na Nota Explicativa n° 6.

PÁGINA: 17 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações em vigor, a Administração da Securitizadora optou pela não constituição de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social sobre o lucro líquido em 31 de março de 2022.

O montante acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social até 31 de março de 2022 é de R\$ 2.522.835 (R\$ 2.459.513 em 31 de dezembro de 2021).

9. Informações adicionais

- a) Durante 2022 e 2021, a Securitizadora teve como política não operar com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuiu ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, e, portanto, não teve exposição cambial;
- b) Não foram reconhecidos ativos e passivos contingentes e não existem processos classificados como prováveis e/ou possíveis de realização. Com relação a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, a Securitizadora não está contestando judicialmente a legalidade e constitucionalidade de tributos e contribuições;
- c) As despesas administrativas s\u00e3o compostas, basicamente, por despesas com servi\u00fcos t\u00e9cnicos especializados e despesas diversas no montante de R\u00e8 63.322 (R\u00e8 45.807 em 2021);
- **d)** Em atendimento a determinação da Lei nº 9.514/97, os registros contábeis da operação de securitização vêm sendo mantidos de forma segregada e, para fins dessas demonstrações financeiras estão consolidados.

10. Gerenciamento de riscos

As operações da Securitizadora estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Securitizadora sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Administração adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Securitizadora sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, os CRI

PÁGINA: 18 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

emitidos pela Securitizadora, são remunerados a taxas prefixadas acrescidas do mesmo índice de atualização monetária a que estão sujeitos as CCI que lastreiam a emissão.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Securitizadora utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d) Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Securitizadora informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua Administração, considerando as características dos instrumentos financeiros, bem como o fato de que as CCI constituem lastro dos CRI por pertencerem a um único projeto, sendo indexadas a um indexador comum.

11. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Conforme requerido nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Companhias abertas, a Securitizadora elaborou a demonstração do valor adicionado.

Essas demonstrações fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Securitizadora na formação do produto interno bruto, por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades e a distribuição desses montantes aos seus empregados, entidades governamentais, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Securitizadora, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à Entidade.

12. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do período findo em 31 de março de 2022.

PÁGINA: 19 de 25

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Declaração dos diretores

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

14. Relação com auditores

A Empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o período, além da auditoria externa.

15. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social.

16. Reapresentação de exercícios anteriores

- (a) Foram realizadas reclassificações no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em relação a anteriormente publicada, para adequação ao Ofício Circular nº 2/2019/CVM/SIN/SNC conforme nota 15 e para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras. Diante desse contexto, a administração da Companhia decidiu pela reapresentação das cifras comparativas referentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- (b) O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foi reconhecido no passivo.

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Circulante	Ativo	Balanço Patrimonial em 31/12/21 - antes dos ajustes	Ajustes	Balanço Patrimonial em 31/12/21 - após os ajustes
Não Circulante Realizável a longo prazo S15.156.187 (515.156.187) (a) S15.268.304 (515.156.187) S15.268.304 S15.266.862 S1.442 S15.266.862 S1.442 S15.266.862 S15.266.862 S1.442 S15.266.862 S15	Circulante			
Não Circulante Realizável a longo prazo	Caixa e equivalentes de caixa	112.117	(110.675) (a)	1.442
Realizável a longo prazo		112.117	-	1.442
S15.156.187 (515.156.187) (3)				
Total do Ativo 515.268.304 (515.266.862) 1.442	Cédulas de Crédito Imobiliário	515.156.187	(515.156.187) (a)	-
Salanço Patrimônio líquido Capital Social Social		515.268.304	(515.156.187)	-
Passivo Patrimonial em 31/12/21 - após antes dos ajustes Ajustes Balanço Patrimonial em 31/12/21 - após os ajustes Circulante Obrigações fiscais 953 - 953 Não Circulante 953 - 953 Certificados de Recebíveis Imobiliários Superveniências Financeiras 515.156.187 (515.156.187) (a) (515.156.187) (a) (110.675) (a) - AFAC 89.800 (b) 89.800 Patrimônio líquido 515.266.862 (515.177.062) 89.800 Capital Social 2.370.202 - 2.370.202 Reserva de Capital 89.800 (89.800) (b) - 2.370.202 Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513)	Total do Ativo	515.268.304	(515.266.862)	1.442
Obrigações fiscais 953 - 953 Não Circulante - 953 - 953 Certificados de Recebíveis Imobiliários Superveniências Financeiras 515.156.187 (515.156.187) (a) (110.675) (a) - - AFAC 89.800 (b) 89.800 89.800 Patrimônio líquido Capital Social 2.370.202 - 2.370.202 Reserva de Capital 89.800 (89.800) (b) - - Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513) - (2.459.513)	Passivo	Patrimonial em 31/12/21 - antes dos	Ajustes	em 31/12/21 - após
Não Circulante Certificados de Recebíveis Imobiliários Superveniências Financeiras 515.156.187 (515.156.187) (a) (110.675) (a) — AFAC 89.800 (b) 89.800 (b) 89.800 Patrimônio líquido 515.266.862 (515.177.062) 89.800 Capital Social Capital Social Reserva de Capital 2.370.202 - 2.370.202 2.370.202 Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513)			-	
Certificados de Recebíveis Imobiliários Superveniências Financeiras 515.156.187 (515.156.187) (a) (110.675) (a) 1 AFAC 89.800 (b) 89.800 515.266.862 (515.177.062) 89.800 Patrimônio líquido Capital Social 2.370.202 - 2.370.202 Reserva de Capital 89.800 (89.800) (b) - Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513)	Não Circulante	953	<u> </u>	953
S15.266.862 (515.177.062) 89.800 Patrimônio líquido Capital Social 2.370.202 - 2.370.202 Reserva de Capital 89.800 (89.800) (b) - Prejuízos acumulados (2.459.513) (2.459.513)	Certificados de Recebíveis Imobiliários			-
Patrimônio líquido Capital Social 2.370.202 - 2.370.202 Reserva de Capital 89.800 (89.800) (b) - Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513)	AFAC		89.800 (b)	89.800
Capital Social Reserva de Capital 2.370.202 89.800 - (89.800) (b) 2.370.202 - (89.800) 2.370.202 - (89.800) - (2.459.513) Prejuízos acumulados (2.459.513) - (2.459.513) - (2.459.513) - (2.459.513)		515.266.862	(515.177.062)	89.800
(2.459.513)	Capital Social		(89.800) (b)	2.370.202
	Prejuízos acumulados	(2.459.513)	-	(2.459.513)
	Total Patrimônio líquido		(89.800)	(89.311)

Demonstração do Resultado ajustado Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Demonstraç ão do resultado em 31/12/21 divulgada	Ajustes	Demonstração do resultado em 31/12/21 reapresentada
Receita operacional líquida	2.465.852	(2.465.852)	-
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.465.852)	2.465.852	-
Resultado bruto		-	-

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Prejuízo líquido por ação (em R\$)	(0,0838)	-	(0,0838)
Prejuízo líquido do período	(198.730)	-	(198.730)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(198.730)	-	(198.730)
Administrativas e gerais	(198.730)	-	(198.730)
Receitas (despesas) operacionais			

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da VISION SECURITIZADORA S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da VISION SECURITIZADORA S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

12 de maio de 2022.

UHY BENDORAYTES & CIA. Auditores Independentes CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA Contadora CRC RJ 091330/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.